

O PAPEL DA PSICOLOGIA: CONSIDERAÇÕES DE MARTÍN-BARÓ PARA UMA PERSPECTIVA DAS MAIORIAS POPULARES

Gabriel Silva

Orcid <https://orcid.org/0009-0009-9774-5626>

Universidade Federal do Pampa, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Proteção Social, São Borja/RS - Brasil
dennisrodrigues.aluno@unipampa.edu.br

Izaque Machado Ribeiro

Orcid <https://orcid.org/0000-0002-0834-9122>

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Curso de Psicologia, Santiago/RS - Brasil
izaque@urisantiago.br

Recebido em: 26.11.2025

Aceito em: 28.04.2026

Resumo: Este ensaio teórico discute o papel da psicologia frente à conjuntura brasileira pós-pandemia da COVID-19, para fundamentar uma psicologia comprometida com as maiorias populares e a transformação social, utilizando para isso a Psicologia da Libertação de Martín-Baró. No primeiro item, o trabalho traz uma crítica à psicologia hegemônica, a qual o autor identifica como idealista ou mecanicista, que falha ao negligenciar a realidade latino-americana como rigor metodológico, servindo a interesses estrangeiros e importando de forma acrítica as teorias de outros países, que não foram pensadas para o contexto latino-americano. O item também pontua a necessidade de inverter a lógica da psicologia, fazendo o que Martín-Baró chama de inversão marxiana, onde a teoria não é externa à realidade, mas dialeticamente intrínseca a ela. No segundo item, o ensaio analisa a função da ideologia na alienação do indivíduo e propõe a desideologização e a conscientização como práticas essenciais ao construir uma psicologia voltada para as maiorias populares, utilizando os estudos de Martín-Baró sobre Paulo Freire. A pesquisa não traz uma conclusão, mas considerações importantes que apontam para a característica dependente da psicologia latino-americana e destacam a necessidade de libertação, trazendo a importância de pensar uma psicologia adaptada aos problemas das maiorias populares.

Palavras-chave: Martín-Baró, Psicologia da Libertação, Compromisso Social.

EL PAPEL DE LA PSICOLOGÍA: CONSIDERACIONES DE MARTÍN-BARÓ PARA UNA PERSPECTIVA DE LAS MAYORÍAS POPULARES

Resumen: Este ensayo teórico discute el papel de la psicología frente a la coyuntura brasileña pospandemia de COVID-19, para fundamentar una psicología comprometida con las mayorías populares y la transformación social, utilizando la Psicología de la Liberación de Martín-Baró. En el primer ítem, el trabajo critica la psicología hegemónica, la cual el autor identifica como idealista o mecanicista, por descuidar la realidad latinoamericana como rigor metodológico, servir a intereses extranjeros e importar acríticamente teorías no pensadas para este contexto. El ítem también señala la necesidad de invertir la lógica de la psicología mediante la inversión marxiana, donde la teoría es

dialécticamente intrínseca a la realidad. En el segundo ítem, el ensayo analiza la función de la ideología en la alienación y propone la desideologización y la concientización como prácticas esenciales para una psicología dirigida a las mayorías populares, utilizando los estudios de Martín-Baró sobre Paulo Freire. La investigación no presenta una conclusión, sino consideraciones importantes que apuntan a la característica dependiente de la psicología latinoamericana y destacan la necesidad de liberación, resaltando la importancia de pensar una psicología adaptada a los problemas de las mayorías populares.

Palabras clave: Martín-Baró, Psicología de La Liberación, Compromiso Social.

THE ROLE OF PSYCHOLOGY: CONSIDERATIONS BY MARTÍN-BARÓ FOR A PERSPECTIVE OF THE POPULAR MAJORITIES

Abstract: This theoretical essay discusses the role of psychology in the Brazilian post COVID-19 pandemic context, aiming to establish a psychology committed to popular majorities and social transformation, using Martín-Baró's Psychology of Liberation for this purpose. In the first section, the work presents a critique of hegemonic psychology, which the author identifies as idealistic or mechanistic, failing to consider Latin American reality as a methodological rigor, serving foreign interests and uncritically importing theories from other countries that were not designed for the Latin American context. The item also highlights the need to reverse the logic of psychology, doing what Martín-Baró calls a Marxist inversion, where theory is not external to reality, but dialectically intrinsic to it. In the second section, the essay analyzes the role of ideology in the alienation of the individual and proposes de-ideologization and conscientization as essential practices in constructing a psychology geared towards popular majorities, drawing on Martín-Baró's studies of Paulo Freire. The research does not offer a definitive conclusion, but it does raise important considerations that point to the dependent nature of Latin American psychology and highlight the need for liberation, emphasizing the importance of developing a psychology adapted to the problems of the popular majorities.

Keywords: Martín-Baró, Psychology of Liberation, Social Commitment.

INTRODUÇÃO

O mundo já vinha de ciclos de crises econômicas e sociais que intensificavam-se anualmente. Com a chegada da pandemia da COVID-19¹, seguindo o ciclo já instalado, a crise acentuou-se ainda mais e se espalhou por todo o mundo. Durante esse período, a nível mundial, enfrentamos o maior colapso sanitário e hospitalar da história (Zolin, 2021). Com o avanço da pandemia, há uma mudança na forma de viver, instaurando a crise em diversas áreas. Essa crise acaba tendo um impacto maior na classe trabalhadora, aumentando a precarização do trabalho, dificultando o processo de aprendizagem com o ensino remoto, o aumento do desemprego, inflação,

¹ A pandemia da COVID-19 faz referência ao período de 11 de março de 2020 até 5 de maio de 2023. É a pandemia causada da doença causada pelo coronavírus, a síndrome respiratória aguda grave 2 (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2025).

dificuldades de isolamento para quem ainda precisa manter o trabalho durante a pandemia (Vommaro, 2021).

Parece que a incompatibilidade entre economia e vida é flagrante hoje. Seja porque o capitalismo sempre fora uma tecnologia da morte ou um modo de controle sobre a vida, os corpos e as populações, a crise do COVID-19 não apenas evidencia esta contradição, mas, pelo menos para alguns, a torna insuportável (Vommaro 2021).

Com o aprofundamento da crise, países da América Latina e Caribe intensificaram medidas de austeridade² como uma saída para a crise. Em relatórios do Fundo Monetário Internacional (FMI) são recomendados doze tipos de políticas de austeridade a nível global, nas quais 77% dos países da América Latina e Caribe receberam pressão por uma focalização dos programas de transferência social³, 65% foram propostos cortes nos salários dos funcionários públicos e em 62% uma reforma no sistema de previdência (CELAG, 2023).

Paula, Pereira e Giordani (2022, p. 762) apontam que as “crises são momentos de dificuldade e de insegurança, quando as sociedades são levadas a um ponto de inflexão”. Nesse sentido, é afirmado que com a chegada da pandemia, para além de simplesmente uma crise sanitária, também traz a luz outras crises que já vinham sendo parte do contexto social da sociedade capitalista atual. Quando a pandemia chega ao Brasil, encontramos dificuldades no combate à crise sanitária, e essas dificuldades derivam das “estratégias dominantes de austeridade fiscal, regimes tributários regressivos e privatizações de empresas estatais e serviços públicos” (Paula, Pereira, Giordani, 2022, p. 762) que colocam impedimentos materiais na eficácia desse combate, além também da postura negacionista que o governo em situação decide adotar.

Se essas crises já são devastadoras em países ricos, quando atingem países

² “Em essência, a austeridade pode ser conceituada como política de ajuste, fundada na redução dos gastos públicos e do papel do Estado em suas funções de indutor do crescimento econômico e promotor do bem-estar social” (Duarte Neto; Borges; Sousa, 2025 p. 41).

³ O termo utilizado aqui trata-se de uma tradução livre da referência consultada para a construção deste parágrafo. No texto original, consta “programas de transferencias sociales”, expressão empregada de forma ampla para designar diferentes modalidades de proteção na América Latina. Assim, o termo não deve ser lido como um correlato direto e exclusivo de “programas de transferência de renda” ou “transferência condicionada de renda”, embora estes também estejam englobados na expressão utilizada.

periféricos os resultados tendem a ser ainda mais devastadores. Esses resultados estão diretamente ligados às políticas de austeridade fiscal adotadas nesses países, como o caso do Brasil, onde as ideias de “Estado mínimo” são dominantes, alegando que as crises são causadas pelo gasto elevado da máquina pública (Paula, Pereira, Giordani, 2022). Segundo Salvador (2010), o ajuste fiscal neoliberal nos países latino-americanos gerou um desajuste social, caracterizado pela redução de direitos sociais sob o argumento, e a justificativa, da crise fiscal. Essas ideias, na prática, mostraram-se ineficazes, pois é através do papel do Estado, atuando de forma central e abrangente, que encontramos a saída mais eficaz para enfrentar a crise (Paula, Pereira, Giordani, 2022).

A pandemia uniu-se à crise político-econômica que se desenrolava desde 2015 causando a chamada “tempestade perfeita”, em que afetou diretamente o nosso país levando 83,5% das pessoas empregadas para uma situação de vulnerabilidade devido a demissões, cortes de salário e contratos de trabalho precários, chegando em 2020 a uma taxa de desemprego ao nível de 25,4% (Paula, Pereira, Giordani, 2022). O fato trágico e esclarecedor deste processo, como aponta Costa e Mendes (2021), se revela no caso de uma das primeiras mortes registradas e publicizadas pelo novo coronavírus ser de uma mulher negra, periférica, empregada doméstica e que contraiu o vírus de seus patrões que voltavam de férias no exterior contaminados pelo vírus. Apesar de toda essa crise, 42 bilionários aumentaram seu patrimônio em US\$ 34 bilhões nos primeiros meses da pandemia (Paula, Pereira, Giordani, 2022), e os bancos receberam ajuda imediata, na casa dos trilhões, enquanto as maiorias populares lutavam por migalhas de um auxílio do poder público (Costa, Mendes, 2021). Como aponta Lucena (2023), 40 mil famílias foram despejadas durante a pandemia, aumentando ainda mais a crise imobiliária no Brasil, assim como também tivemos um aumento na fome e insegurança alimentar nesse período. Houve um aumento de um contingente de 116,8 milhões de brasileiros convivendo com insegurança familiar, sendo 19 milhões em insegurança alimentar grave, ou melhor dizendo, em situação de fome (Paula, Pereira, Giordani, 2022).

Costa e Mendes (2021) refletem sobre essa condição, questionando se seria a pandemia a real crise desse contexto social, político e econômico. Os autores entendem que a crise já existia, mas que a pandemia apenas a intensificou, deixando-

a ainda mais evidente. Nesse sentido, o dito novo normal seria, na verdade, o velho normal, problematizando a tese sobre “voltar à normalidade” enquanto objetivo, sendo que esta “normalidade” é o próprio problema, a verdadeira crise. Neste sentido, viemos através desta pesquisa questionar-nos a pensar: qual o papel da psicologia frente à realidade brasileira atual, no contexto pós-pandemia?

Este trabalho parte dos escritos de Ignacio Martín-Baró, psicólogo hispano-salvadorenho, que atuou na construção da psicologia social no contexto latino-americano, construindo o que ele chamou de Psicologia da Libertação. Seus escritos fazem importantes análises das guerras de libertação em El Salvador, assim como das repressões dos governos ditatoriais latino-americanos da época, sendo duramente crítico à intervenção dos EUA em El Salvador e na América Latina.

Dessa forma, buscamos fazer uma revisão narrativa sobre o tema (Rother, 2007; Cordeiro, 2007), nos baseando em obras de Martín-Baró publicadas no Brasil (o livro *Crítica e libertação na psicologia: Estudos psicossociais*, traduzido por Fernando Lacerda Jr. e artigo *O Papel da Psicologia*, traduzido por Yayá M. de Andrade) e obras que fazem uma leitura social do Brasil, prioritariamente pela ótica martin-baroniana, mas também se utilizando da psicologia social brasileira e latino-americana. Para este segundo conjunto de obras, foi feita uma pesquisa nos portais Scielo, Pepsic, Google Acadêmico e periódicos da CAPES utilizando dos descritores Martín-Baró, Psicologia da libertação, Psicologia Social e compromisso social da psicologia.

A pesquisa teve um enfoque qualitativo que, de acordo com Minayo (2009), possibilita trabalhar com uma realidade não quantificável, englobando o universo de significados e da produção humana, o mundo das relações, das representações e da intencionalidade. A análise em pesquisa qualitativa, como aponta Gil (2021), é um procedimento dinâmico e ocorre concomitantemente à coleta de dados. Para a análise dos dados desta pesquisa optamos pela Análise de Conteúdo de Bardin que, conforme a autora, é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 2016, p. 37). A análise de conteúdo permitiu processar os dados obtidos na coleta, fazendo o tratamento desses dados e identificando o conteúdo para além da aparência (Bardin, 2016).

A pretensão deste trabalho consiste em construir uma reflexão que traga um estado da arte sobre a proposta da Psicologia da Libertação, sem aprofundar ou esgotar o

assunto, mas buscar aquilo que emerge na literatura deste tema. Além disso, cabe mencionar que este trabalho foi originalmente concebido como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado e aprovado em banca no dia 07 de julho de 2023, no curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

O texto a seguir está organizado da seguinte forma: inicialmente buscou-se trazer o debate que fundamentou a necessidade de crítica da psicologia, questionando sua construção teórica descolada da realidade da América Latina e os motivos que nos levam a buscar um outro ponto de partida, invertendo a lógica da psicologia hegemônica. Num segundo momento, nos debruçamos no debate sobre a ideologia e as propostas da Psicologia da Libertação ao pensar o campo da psicologia social e seu papel em desvendar a ideologia presente na relação entre indivíduo e as estruturas sociais de uma realidade capitalista dependente, e fundamentando uma psicologia para a transformação social.

CONSIDERAÇÕES PARA PENSAR EM UMA PSICOLOGIA PARA AS MAIORIAS POPULARES: CONSTRUINDO OUTRO PONTO DE PARTIDA

No artigo intitulado “O Papel do Psicólogo”, de Ignacio Martín-Baró, ele traz importantes considerações sobre o papel da psicologia dentro do contexto latino-americano. O ponto de partida de sua argumentação é o próprio contexto em que ele habita, a realidade material tanto de El Salvador, quanto da América Latina. O autor salienta a importância em primeiro considerar seu próprio contexto social, político e histórico, para após isso poder pensar qual vai ser o seu quefazer⁴ específico enquanto profissional da psicologia, construindo uma psicologia voltada para as maiorias populares⁵ (Martín-Baró, 1997).

Nessa perspectiva, antes de pensarmos sobre o papel da psicologia, precisamos pensar qual o contexto social em que ele está inserido, e qual lugar ele ocupa dentro

⁴ Termo utilizado por Martín-Baró para se referir a atuação prática do profissional da psicologia.

⁵ Termo cunhado por Martín-Baró para referir-se ao povo. Não há uma conceituação proposta pelo autor, mas pelo contexto de suas citações entende-se como a maioria do povo, pois a maioria é oprimida pela minoria, classe dominada vs classe dominante. Por vezes ele utiliza as expressões “maiorias oprimidas”.

dessa estrutura social ampla, a qual é a própria Psicologia (Correia, Dantas, 2017). Nesse sentido, Martín-Baró entende que as psicólogas, psicólogos e psicólogues⁶ devem pautar sua conduta mediante teorias e práticas produzidas localmente, voltadas para a realidade concreta em que se está inserido. Deve-se partir das condições concretas da sociedade, partir das necessidades da maioria da população e encontrar respostas para as injustiças sociais, perda da soberania e identidade alienada do povo, sempre em um movimento histórico dialético de transformação da realidade (Macêdo, Waeny, 2019).

No célebre texto, que transcreve um resumo de uma exposição em uma mesa redonda em 1980, “O Psicólogo no processo revolucionário”, Martín-Baró (2017) introduz esse tema que conduziria suas próximas publicações. Ele direciona algumas premissas que deveriam ser levadas em conta pelas psicólogas, psicólogos e psicólogues no processo revolucionário para a construção da nova sociedade. Segundo Martín-Baró (2017) o psicólogo⁷ deve ser um bom psicólogo, deve se atentar a seu método, a seu rigor científico, evitando assim ser levado apenas por falatórios pseudorrevolucionários, ou se prendendo às estruturas de poder do status quo.

Nesse processo a psicóloga(o) precisa sustentar sua prática na profundidade do seu conhecimento e na possibilidade de, através disso, encontrar respostas aos novos problemas e exigências da realidade material. Ele também nos diz que o psicólogo deve ser um psicólogo do povo, ou seja, ele deve saber transformar essas compreensões teóricas para pensá-las da perspectiva do povo, rompendo com o entendimento hegemônico das teorias vigentes que correspondem ao sistema social em crise. Fazendo esse processo sem impor seu saber ao povo, mas cooperando com o caminho histórico do povo, entendendo que a libertação do indivíduo passa pela libertação da sociedade (Martín-Baró, 2017). Em certo trecho, ele afirma que:

A sociologia do conhecimento nos ensinou que toda razão é situada e que o

⁶ Neste trabalho optou-se por utilizar a forma de referir-se à classe profissional tendo o feminino como prioritário, acrescido da forma masculina e neutra como secundários. Esse posicionamento baseia-se no padrão utilizado no documento intitulado “Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+” do Conselho Federal de Psicologia (2023). A forma utilizada tem o intuito de promover a visibilidade de uma profissão composta por 79,2% de mulheres no Brasil (CFP, 2022). No texto pode-se apresentar a alternativa Psicólogas(os), também utilizada pelo CFP.

⁷ Nesse trecho em específico, optou-se por manter no masculino, conforme usado pelo autor, por tratar-se de uma citação indireta. Repetiremos outras vezes durante citações indiretas.

lugar desde onde se conhece não só determina como as coisas são apreendidas, mas, também, quais coisas são apreendidas. Por isso, uma nova racionalidade demanda uma nova perspectiva para o nosso quefazer como cientistas sociais (Martín-Baró, 2017, p. 55).

Essa perspectiva também é adotada por Sílvia Lane, uma importante autora brasileira que trouxe reflexões sobre o que chamou de compromisso social da Psicologia. Lane (1989) defendia que todo conhecimento produzido deveria ser útil para transformação da realidade, criando condições dignas de vida para todos. Ela entendia também, segundo Bock et al. (2007), que era preciso superar o hábito de fazer da realidade um exemplo da teoria, mas que ao contrário, a realidade fosse o critério da teoria, sendo então a base para se desenvolver a teoria. Dessa forma, a teoria serviria para a compreensão da realidade, implicada na transformação da mesma.

Martín-Baró (1997) também contribui para o debate expandindo essa concepção para a questão coletiva, entendendo que esses processos não acontecem na esfera puramente individual. Dessa forma, para pensar em transformação do indivíduo, primeiro deve-se pensar em transformação da ordem social, e não o contrário, como postulavam algumas perspectivas teóricas vigentes, ou como ele mesmo diz:

A psicologia oferecia uma solução alternativa para os conflitos sociais: tratava-se de mudar o indivíduo preservando a ordem social ou, no melhor dos casos, gerando a ilusão de que talvez, ao mudar o indivíduo, também mudaria a ordem social, como se a sociedade fosse uma somatória de indivíduos. (Martín-Baró, 1997, p. 12)

Conforme aponta González-Rey (2012), no processo de descolar-se da Filosofia e definir-se enquanto ciência com status de objetividade, a Psicologia passa a ter uma dificuldade na sua definição teórica. O cenário de desenvolvimento da psicologia é formado por concepções teóricas heterogêneas que emergem de diferentes lugares. Esse processo de desenvolvimento caracteriza a Psicologia como uma ciência que carrega dicotomias irreconciliáveis e vácuos teóricos que marcam a sua fragmentação. Uma dessas dicotomias é exatamente a dicotomia entre individual e social, que se constrói num de seus vácuos teóricos, evidenciando a falta de uma proposta que especifique e delimite o campo da Psicologia (González-Rey, 2012).

Durante esse processo de desenvolvimento do campo da Psicologia, o contexto social, que tanto Martín-Baró (1997) quanto Lane (1989) consideram centrais para pensar a atuação teórico-prático da Psicologia, acaba por não estar presente na

gênese dessas teorias, pois as propostas teóricas que temos no início consideram o social enquanto ambiente, onde vão se desenvolver comportamentos a partir de reflexos e condicionamentos comportamentais, como na psicologia comportamental e reflexologia, ou o social enquanto eventos específicos para garantia do bom funcionamento de dinâmicas universais, como na Psicanálise (González-Rey, 2012). Quando Lane, segundo Bock et al. (2007), fala em superar o hábito de fazer da realidade um exemplo da teoria, é exatamente referindo-se a essa forma de fazer Psicologia.

Conforme aponta Bock et al (2007), Silvia Lane teve alguns debates com Aroldo Rodrigues, que representava no Brasil a psicologia social cognitivista. Rodrigues afirmava que a prática que Lane fazia era política e não psicologia social, pois a psicologia social, na visão dele, devia ser uma ciência neutra que possibilitaria ao tecnólogo social a solução dos problemas sociais através da descoberta das variáveis psicossociais (Bock et al., 2007).

Lane (1989), assim como Martín-Baró (1997; 2017), constroem suas concepções teóricas através do materialismo histórico dialético, onde a partir deste método, entendem que o objetivo da psicologia social seria compreender o indivíduo em sua relação dialética e histórica com a realidade em que vive e com os elementos que explicam os processos de consciência e alienação, e a através disso pensar quais as possibilidades de ação que os indivíduos podem propor a partir das determinações sociais. Conforme afirmou Lane (2002, p 12, apud Bock et al, 2007, p. 52)

Indivíduo e Sociedade são inseparáveis, segundo a dialética, pois o particular contem em si o universal, deste modo, se desejamos conhecer cientificamente o ser humano, é necessário considerá-lo dentro do contexto histórico, inserido em um processo constante de subjetivação/objetivação.

Nesse sentido, o que Lane defende é que o contexto social deveria ser o ponto de renovação da psicologia social, mudando o paradigma e entendendo que toda psicologia é social, ou deveria ser (Bock et al., 2007). Martín-Baró (1997), ao iniciar sua discussão sobre o papel da psicologia, retoma a reflexão de Didier Deleule (1972, apud Martín-Baró, 1997), que dizia que essa proliferação da Psicologia acontecia por ela oferecer uma solução alternativa aos conflitos sociais. A solução da psicologia, então, tratava-se de uma forma de mudar o indivíduo preservando a ordem social, ou gerando a ilusão de que ao mudar os indivíduos, poder-se-ia mudar a ordem social,

como se a sociedade fosse uma somatória de indivíduos. Essa reflexão traz nela uma verdade, pois como apontado anteriormente, a Psicologia em seu desenvolvimento buscou um afastamento do contexto social, tentando encontrar uma forma de ciência empírica, neutra ou centrada no inconsciente (González-Rey 2012; Bock et al., 2007). Martín-Baró (1997) argumenta que o problema não está na intenção da psicóloga(o), ou o que cada profissional pretende ou não fazer. A questão está em para onde vai essa prática sustentada em seu próprio peso teórico. Porém, de forma alguma isso significa que se deva abandonar todas as perspectivas teóricas, mas que elas devem passar por um processo de crítica dialética, como afirmava Lane (1989), tendo como critério o próprio contexto social. Lima, Ciampa e Almeida (2009) afirmam que Lane defendia que as teorias não deveriam ser desconsideradas, mas entendidas como “sínteses precárias” que deveriam ser questionadas pelo encontro com realidade e reformuladas sempre que for necessário.

Nesse outro ponto da discussão, Martín-Baró (2017) relembra sobre a “Psicologia do Coqui”. Coqui é uma rãzinha de Porto Rico que se converteu em um símbolo cultural da ilha. A psicóloga Milagros López (1985 apud Martín-Baró, 2007) chama de Psicologia do Coqui a tentativa de superar a alienação da psicologia criando uma “Psicologia Nacionalista”. Essa Psicologia se caracterizaria pela rejeição de tudo que vem de fora, simplesmente por ser estrangeiro, e pela tentativa de elaborar modelos nacionais com o caráter e personalidade do próprio povo. Essa tentativa então distorce o real problema, como se precisássemos colocar um muro entre as teorias, separando o que é de lá e o que é de cá, arriscando adotar projeto dos setores dominantes (López, 1985 apud Martín-Baró, 2007).

Dessa forma, então teríamos em nossa frente um problema de dicotomia: buscar uma perspectiva teórica que dê conta do nosso contexto social, mas que não caia na armadilha de desfazer-se de tudo que vier de fora e adotar um projeto patriótico de setores dominantes da sociedade. Nesse ponto, Martín-Baró (2017) comenta que devemos fazer uma inversão marxiana, invertendo a lógica tradicional de que a teoria deve convocar a realidade, mas que, ao contrário, a realidade venha convocar os conceitos. Essa perspectiva inverte a lógica vigente da Psicologia, e passa a pensar a construção da teoria a partir do social, para encontrar respostas aos novos problemas da realidade material daquela sociedade, visando transformar aquela

realidade (Bock et al., 2007; Lane, 1989; Martín-Baró, 1997; Martín-Baró, 2017; González-Rey, 2012).

Para esse processo seria necessário um movimento que trabalhe em prol da libertação de um povo que está preso pelas amarras do subdesenvolvimento, da dívida externa, da contrainsurgência de Washington e do imperialismo (Martín-Baró, 2017). É preciso libertar primeiro a psicologia de sua dependência intelectual e sua submissão social, para depois contribuir para a libertação de seu povo (Martín-Baró, 2017). Uma das reflexões propostas pela Psicologia da Libertação, na construção de uma psicologia libertadora, seria pensar o papel da ideologia na construção da dependência na América Latina. Assim como, entender que o papel da psicologia social envolve desvendar o caráter ideológico na interação entre indivíduo e estrutura social e, dessa forma, materializar o compromisso de transformação social proposto por autores como Martín-Baró e Lane.

IDEOLOGIA, CONSCIENTIZAÇÃO E DESALIAÇÃO: A PSICOLOGIA SOCIAL ENQUANTO FERRAMENTA DE LIBERTAÇÃO

Martín-Baró (2017) entende a psicologia social como estudo da ação enquanto ideológica, sendo então uma síntese da objetividade e da subjetividade. Essa questão trataria de entender a interação entre a estrutura pessoal do indivíduo com a estrutura social da sociedade, para compreender de que forma a ideologia se materializa na vida cotidiana (Mendonça, Souza, Guzzo, 2016; Pizzi, Gonçalves, 2015).

Segundo Mendonça, Souza e Guzzo (2016), a psicologia da libertação compreende a sociedade através da posição que cada indivíduo ocupa na divisão social do trabalho, considerando dividida entre aqueles que produzem, vendendo sua força de trabalho, e aqueles que detém os meios de produção. Nesse ponto, a perspectiva de Martín-Baró se alinha perfeitamente à perspectiva marxiana defendida por Marx e Engels (1998) sobre o funcionamento do capitalismo. Dessa forma, as características dessa divisão de classe seriam determinadas pelo modo de produção capitalista, onde a posição social do sujeito está vinculado à classe na qual está vinculado, ambas as classes com interesses opostos e irreconciliáveis, só existindo enquanto postas em conflito, no enfrentamento da luta de classes, independente da consciência ou

vontade subjetiva (Mendonça, Souza, Guzzo, 2016; Marx, Engels, 1998).

A ideologia seria, então, uma estrutura que se forma através da divisão da sociedade de classes como forma de interpretar a realidade, trazendo uma interpretação que justifique a ordem social vigente, naturalizando aquilo que, na verdade, é histórico. Dessa forma, ela está a favor da classe dominante como forma de manter e preservar o seu domínio, preservando assim a divisão de classes que estrutura a sociedade. Porém, o indivíduo não se reduz a ideologia, é possível tomar consciência e passar a localizar cada processo psicológico na totalidade dos processos sociais e superar a visão parcial da ideologia (Mendonça, Souza e Guzzo, 2016; Pizzi, Gonçalves, 2015). Além da noção de ideologia, Martín-Baró (1983), conforme citado por Mendonça, Souza e Guzzo (2016), também evoca a noção de alienação, na qual entende como o estado onde uma classe, por influência da ideologia, expressa os interesses da classe dominante, em detrimento dos seus próprios interesses enquanto classe. Frente a isso, Martín-Baró (1997) afirma que a conscientização se colocaria no horizonte primordial do *quefazer* psicológico. A conscientização, termo que Martín-Baró resgata de Paulo Freire (1970, 1971, 1973 apud Martín-Baró, 1997), seriam sucessivos processos de tomadas de consciência que promoveriam o processo de desalienação do indivíduo, sendo importante no processo de transformação social (Mendonça, Souza, Guzzo, 2016; Pizzi, Gonçalves, 2015).

O que importa não é tanto saber codificar e decodificar palavras estranhas, mas aprender a dizer a palavra da própria existência, que é pessoal, mas, sobretudo, é coletiva. E, para pronunciar esta palavra pessoal e comunitária, é necessário que as pessoas assumam seu destino, que tomem as rédeas de sua vida, o que lhes exige superar sua falsa consciência e atingir um saber crítico sobre si mesmas, sobre seu mundo e sobre sua inserção nesse mundo (Martín-Baró, 1997, p.16).

Martín-Baró (1997) neste trecho está evocando a concepção de Paulo Freire (1970, 1971, 1973) sobre a alfabetização, mas, ao mesmo tempo, também compara esse processo ao papel da psicologia, de evocar essa desalienação no sujeito, que se desprende de seu processo de alienação, tendo acesso à palavra de sua própria existência, se entendendo enquanto um indivíduo de classe e assumindo seus próprios interesses de classe. É justamente pela possibilidade de um indivíduo que pertence objetivamente a uma classe, mas tem um conjunto de ações em função dos interesses sociais de outra classe, que podemos falar na existência de um processo

de alienação (Mendonça, Souza, Guzzo, 2016).

Nesse processo existe uma incongruência entre a realidade objetiva e a consciência acerca dessa realidade. Essa incongruência expressa-se pela realidade de classe objetiva de cada indivíduo, a classe que cada um pertence, independente da vontade de cada indivíduo (classe em si), e o processo de entender e saber que pertence a uma classe, e assim agir conforme os interesses de classe (classe para si) (Mendonça, Souza, Guzzo, 2016).

Martín-Baró (2017, p. 62), frente a esse problema da ideologia, afirma que cabe à Psicologia Social “promover um processo de desideologização, isto é, desmascarar o ‘senso comum’ que justifica e viabiliza subjetivamente a opressão dos povos”. Esse processo de desideologização demandaria um *quefazer* da psicologia que assuma a perspectiva das maiorias populares, que produza pesquisas sistemáticas sobre a realidade das maiorias populares, utilizando de forma dialética essas práticas de conhecimento, se comprometendo com o processo de libertação das maiorias populares (Martín-Baró, 2017), ou como já dizia Lane (1989) tendo um compromisso social com a transformação da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos, com base nesta discussão, que o papel da psicologia deve ser o papel de uma psicologia do povo. Diante do contexto atual brasileiro, entendemos que a única forma de pensar uma psicologia com objetivo de transformação social seja assumindo esse papel, esse compromisso social de partir a análise e a prática pela perspectiva das maiorias populares. Os aportes teóricos de Martín-Baró, e também de Lane, se constroem a partir dessa demanda, a de pensar uma psicologia que esteja compromissada com a transformação social, que esteja compromissada com o povo e com as maiorias populares, que esteja compromissada com a realidade e com o contexto.

Conforme visto durante o texto, além de ter um direcionamento, um ponto de partida, que venha da perspectiva das maiorias populares, é importante ter uma teoria, ou melhor, um método científico que consiga dar conta desse contexto, considerando-o como parte dessa construção teórica. A psicologia hegemônica, que hora pensa a

psicologia como neutra, voltada para a experiência, hora pensa a psicologia como inconsciente, sem preocupação científica no rigor de seu método, tem se mostrado ineficaz em produzir teorias capazes de lidar com a realidade. Tudo isso por pensarem suas teorias fora do contexto social, e quando trazem o contexto é sempre para exemplificar sua teoria, elaborando um processo em que a realidade passa a servir para a teoria e não o contrário.

Nesse sentido, o que Lane e Martín-Baró nos trazem em sua teoria, é inverter a lógica hegemônica. É fazer com que as teorias sirvam à realidade, que a realidade seja o próprio rigor metodológico da teoria. Que tenhamos uma psicologia que não seja mais dependente de psicologias estrangeiras, mas que também não caia na armadilha do patriotismo teórico. Que tenhamos uma psicologia que, mesmo quando busca teorias estrangeiras, coloque essas teorias a serviço da realidade, do contexto e do povo, e assim consiga transformar a realidade social, transformando também a sua teoria e contribuindo para a luta de emancipação dos povos.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercês Bahia et al. Sílvia Lane e o Projeto do "Compromisso Social da Psicologia". **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 46-56, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822007000500018>. Acesso em: 14 nov. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CELAG. Perspectivas económicas para el Sur: una pandemia de austeridad. **Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica (CELAG)**, 10 jan. 2023. Disponível em: <https://www.celag.org/perspectivas-economicas-para-el-sur-una-pandemia-de-austeridad/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+** [recurso eletrônico]. Brasília, DF: CFP, 2023. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/RT_LGBT_crepop_Web.pdf. Acesso em: 15 nov. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Quem faz a psicologia brasileira?: um olhar sobre o presente para construir o futuro**. Volume 1: formação e inserção no mundo do trabalho. 1. ed. Brasília, DF: CFP, 2022. Organização: Antonio Virgílio Bittencourt Bastos. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol1-1.pdf. Acesso em: 15 nov. 2025.

CORDEIRO, Alexander Magno et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 420-423, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>. Acesso em: 06 nov. 2025.

CORREIA, Ana Maria Batista; DANTAS, Carla Náiyad Castelo Branco. O Fazer Psicológico na Ditadura Civil Militar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, n. 1, p. 71-81, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703050002017>. Acesso em: 14 nov. 2025.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da; MENDES, Kíssila Teixeira. Saúde Mental em Tempos de Crise e Pandemia: um diálogo com martin-baró. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 217-231, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/pssa.v13i1.1367>. Acesso em: 11 nov. 2025.

DUARTE NETO, José; BORGES, Vinicius Henrique de Oliveira; SOUSA, Maria Julia de Castro e. Austeridade: a política fiscal brasileira como expressão da contradição entre Neoliberalismo e o Estado Democrático de Direito. **Revista Brasileira de Teoria Constitucional**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 38-55, jan./jul. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-961X/2024.v10i2.11023>. Acesso em: 29 abr. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Barueri: Atlas, 2021.

GONZÁLEZ-REY, Fernando Luis. O social como produção subjetiva: superando a dicotomia indivíduo-sociedade numa perspectiva cultural-histórica. **Ecós**, [S.L.], v. 2, n. 2, p. 167-185, 14 nov. 2012. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1023>. Acesso em: 14 nov. 2025.

LANE, Silvia T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (Org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 10-19.

LIMA, Aluísio Ferreira de; CIAMPA, Antonio da Costa; ALMEIDA, Juracy Armando Mariano de. Psicologia Social como Psicologia Política?: a proposta de psicologia social crítica de sylvia lane. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 223-236, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7918702>. Acesso em: 14 nov 2025.

LUCENA, André. Mais de 40 mil famílias sofreram despejo no Brasil desde o início da pandemia. **Carta Capital**, 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/levantamento-mais-de-40-mil-familias-sofreram-despejo-no-brasil-desde-o-inicio-da-pandemia/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, jun. 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-294x1997000100002>. Acesso em: 14 nov 2025.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2017. (Coleção Psicologia Social). Tradução de Fernando Lacerda Júnior.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

MENDONÇA, Gabriel Silveira; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de; GUZZO, Raquel Souza Lobo. O Conceito de Ideologia na Psicologia Social de Martín-Baró. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 16, n. 35, p. 17-33, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7436966>. Acesso em: 14 nov. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 9-29.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Histórico da emergência internacional de COVID-19**. Washington, D.C.: OPAS, 6 fev. 2025. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/historico-da-emergencia-internacional-covid-19>. Acesso em: 29 abr. 2026.

PAULA, Nilson Maciel de et al. A COVID-19 em meio a uma “tempestade perfeita” no capitalismo neoliberal: reflexões críticas sobre seus impactos no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 761-770, mar. 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232023283.10262022>. Acesso em: 14 nov. 2025.

PIZZI, Bruno Passos; GONÇALVES, Mariana Alves. Reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a tarefa de transformação social na obra de Martín-Baró e na Psicologia Social Comunitária. **Teoría e Crítica de La Psicología**, México, v. 6, p. 162-195, 28 jun. 2015. Disponível em: <https://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/issue/view/3>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 5-6, abr./jun. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 3 nov. 2025.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

VOMMARO, Pablo. O mundo em tempos de pandemia: certezas, dilemas e perspectivas. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 1095-1115, abr. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2020/51001>. Acesso em: 14 nov. 2025.

WAENY, Maria Fernanda Costa; MACÊDO, Cibele Mariano Vaz de. A IMPORTÂNCIA DO CONTEXTO HISTÓRICO: El Salvador e Ignacio Martín-Baró. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 31, n. 1, p. 1-15, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31187485>. Acesso em: 14 nov. 2025.

ZOLIN, Beatriz. COVID-19 É A MAIOR CRISE SANITÁRIA E HOSPITALAR QUE O BRASIL JÁ ENFRENTOU. **Drauzio Varella**, 2021. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/coronavirus/covid-19-e-a-maior-crise-sanitaria-e-hospitalar-que-o->. Acesso em: 31 maio 2023.

Gabriel Silva

Graduado em Psicologia, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI; Mestrando em Serviço Social e Proteção Social - PPGSSPS - Universidade Federal do Pampa, UNIPAMPA. Integrante do Grupo de Pesquisa Políticas Sociais, Questão Social e Relações de Exploração/Opressão (GEPEXO).

Izaque Machado Ribeiro

Graduação em Psicologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é Professor do Curso de Psicologia e exerce a função de Diretor Acadêmico da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus Santiago. Coordenou o Coletivo Transvalorando e o Projeto de Extensão Núcleo de Capacitação e Estudos do Processo de Envelhecimento (NUCEPE). Coordena o grupo COLETIVIZAR, o qual produz práticas grupais extensionistas voltadas à população LGBTQ+ e a seus familiares. Coordena a Pesquisa financiada pela SEDES/RS, O Perfil da Pessoa Idosa no Cadastro Único de Santiago, Rio Grande do Sul: análise das vulnerabilidades e potencialidades.